



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CÂMARA DE JULGAMENTO

Resolução nº 361/2024-CJ, de 18 de abril de 2024.

Dispõe sobre o julgamento do auto de infração nº 42686, em nome da empresa Rápido Federal Viação Ltda, conforme processo nº 202300029005093.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Lei nº. 18.673, de 21 de novembro de 2014, que trata dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que a defesa (54348170) apresentada pela empresa Rápido Federal Viação Ltda, não atende a requisito básico inerente a sua correta representação processual, pois, não comprovou o poder de gerência de seu representante legal e desta forma não deve ser levada em consideração por não ser conhecida, nos termos do que dispõe o parágrafo único, do art. 26 c/c o art. 29, da Resolução Normativa nº 219/2023 - CR, bem como o que dispõe o art. 75, inciso VIII, do CPC, que determina: "serão representadas em juízo, ativa e passivamente, as pessoas jurídicas, por quem seus estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores";

Considerando a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Rápido Federal Viação Ltda, infringiu o inciso II, do art. 6º, da Lei nº. 18.673/2014, ao prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal, no trajeto de Anápolis - GO a Alexânia - GO, operando a linha federal Goiânia - GO a Brasília - DF (via Gama) e foi autuado em 14/10/2023, nos termos do Auto de Infração nº 42686;

Considerando a decisão por unanimidade de votos da Câmara de Julgamento, pela manutenção do auto de infração, consignada no Item 4, subitem 4.1, da ATA nº 17/2024 - AGR/CJ (59188028), em reunião realizada em 18/04/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Manter o Auto de Infração nº 42686 (52922296), em nome da empresa Rápido Federal Viação Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Gilvan do Espírito Santo Batista

Coordenador

CÂMARA DE JULGAMENTO, Goiânia, 18 de abril de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN DO ESPIRITO SANTO BATISTA**, Coordenador (a), em 22/04/2024, às 10:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **59201140** e o código CRC **BF738E63**.

CÂMARA DE JULGAMENTO

Avenida Goiás, 305, Ed. Visconde de Mauá - Centro - CEP 74005-010 - GOIANIA - GO



Referência: Processo nº 202300029005093



SEI 59201140